

## A ESPANHA IMAGINADA: O DISCURSO HISTÓRICO SEISCENTISTA E O PROJETO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA ESPANHOLA

Rachel Saint Williams  
Doutoranda PPGHIS\*  
E-mail: [lwllsrachel@yahoo.com.br](mailto:lwllsrachel@yahoo.com.br)

### RESUMO

Trata-se de refletir sobre a empregabilidade do termo Espanha no discurso histórico castelhano seiscentista. Tal reflexão deverá ser estruturada de maneira a possibilitar empreender uma análise das implicações oriundas da utilização do termo Espanha tal qual alegoria de unidade e elemento organizador de um projeto de identidade coletiva auspiciado e dirigido pela Monarquia dos Habsburgos. Para tanto, deseja-se entender de que maneira este termo foi recuperado e re-significado a partir de uma determinada tradição, a fim de torná-lo compatível com um projeto específico de criação e manutenção de um corpo social e político sustentado pela idéia de um Império Espanhol. Percorrer este trajeto significa iluminar alguns pontos e questões fundamentais do discurso histórico seiscentista, aclarando nossas concepções sobre os significados e usos atribuídos à história naquela configuração sócio-temporal.

**Palavras-chave:** Juan de Mariana, história da historiografia, Monarquia dos Habsburgos, política, identidades coletivas.

### ABSTRACT

This is to reflect about the use of the term Spain in the seventeenth century historical discourse. This reflection should be structured so as to enable to undertake analysis of the implications arising from the use of the term Spain as an allegory of a collective identity project sponsored and run by the Habsburg Monarchy. To this end, we want to understand how this term has been restored and reframed from a particular tradition in order to make it compatible with a particular project of creating and maintaining a social and political body supported by the idea of the Spanish Empire. Browse this path means throw some light on fundamental questions of the seventeenth century historical discourse, clarifying our ideas about the meanings and uses attributed to the history in the seventeenth century society.

**Keywords:** Juan de Mariana, history of historiography, Habsburg Monarchy, politics, collective's identity.

---

\* Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Trabalho realizado sob orientação do Prof. Doutor Carlos Ziller Camenietzki.

*“siendo los historiadores unicos testigos de la fama, y publicadores de la honra y universal estado de las gentes”*

Esteban de Garibay, *Los cuarenta libros del compendio historial de las cronicas y universal historia de todos los reynos de España*

O propósito principal deste texto é discutir algumas questões relativas à aplicabilidade do termo Espanha no discurso histórico seiscentista castelhano. Partimos do pressuposto de que houve um considerável giro lingüístico na sucessória agregação de camadas de significados relativas ao termo *España* no discurso histórico e também na tratadística política produzidos em Castela, especialmente a partir da década final do século XVI até meados do século XVII. Procurar entender os usos e significados do termo *España* neste contexto sócio-histórico – bem como de expressões tais quais: Monarquia Espanhola, Império Espanhol e Monarquia Católica – significa, em alguma medida, refletir sobre as diversas formas de organização política e administrativa das sociedades européias da época moderna. Contudo, qualquer discussão acerca destas temáticas deve responder a uma pergunta prévia: o que era a Espanha neste período?

Em linhas gerais, pode-se dizer que a Espanha dos Habsburgos era, seguindo a concepção de John Elliott, uma monarquia compósita, ou seja, uma estrutura descentralizada formada por um coletivo de jurisdições e comunidades bastante diferenciadas entre si que, contudo, prestavam lealdade a um mesmo monarca<sup>1</sup>. Isto significa dizer que, ainda com Elliott, a Espanha era um território formado por diversas entidades relativamente autônomas, onde cada província ou reino poderia manter suas próprias instituições políticas, bem como suas leis, privilégios e liberdades vigentes no momento de união com a coroa castelhana; compromisso este que estava garantido através de um juramento que deveria ser realizado com os sucessivos monarcas da dinastia dos Habsburgos. Elliott destaca ainda o importante e precoce papel exercido pela tradição constitucionalista na península ibérica que dataria do período medieval. Tal estrutura administrativa buscava garantir, portanto, a identidade distintiva de cada região.

Nesta configuração, aparentemente, então, não faz sentido nos questionarmos acerca de uma possível identidade espanhola. Acreditamos que, muito pelo contrário, é

---

<sup>1</sup>Cf. ELLIOTT, John. Constitucionalismo antigo y moderno y la continuidad de España. In: *Cuadernos de Alzate*, nº 33, segundo semestre de 2005. Disponível em: <http://www.revistasculturales.com/articulos/16/Cuadernos-de-alzate/477/2/constitucionalismo-antiguo-y-moderno-y-la-continuidad-de-espana.html>

justamente devida à existência de uma monarquia composta por tantas unidades políticas distintas, com seus direitos assegurados na própria estrutura política administrativa da monarquia central, que surge a necessidade de criação de uma identidade espanhola comum, que pudesse subsumir os interesses particulares de cada região aos propósitos maiores da Monarquia Espanhola. Em outras palavras, tornando plausível a coexistência de diferentes reinos na formação de uma mesma Monarquia<sup>1</sup>. Sendo assim, o conceito de Espanha e o sentimento de pertença a essa entidade são instrumentos fundamentais da Monarquia dos Habsburgos para a criação e a manutenção do império espanhol; assumindo a História, juntamente com a língua e a religião, um papel chave na construção de ambos. Apesar de John Elliott não trabalhar expressamente com esta ideia, a passagem que segue é sugestiva para o nosso argumento:

La España unida de los Reyes Católicos y sus sucesores era de hecho un conglomerado abigarrado de unidades políticas, pero al considerar su carácter me parecería un error ignorar o menospreciar la importancia psicológica y política del concepto subyacente de España en la creación y mantenimiento de esta monarquía compuesta. La España de los Reyes Católicos no era una creación puramente artificial o fortuita. Durante la Edad Media la conciencia histórica de las élites gobernantes de los territorios cristianos estaba impregnada de un sentido de unidad perdida, una unidad que se remontaba a la Hispania romana, era restaurada con la monarquía visigótica y se mantenía viva durante los largos siglos de dominio musulmán y la reconquista. Era este anhelo de restaurar la unidad perdida lo que movía las políticas matrimoniales de las casas reinantes en Castilla, Aragón y Portugal, y encontró su realización en la creación de la España unida de Isabel y Fernando. Así pues, hay que pensar en la España de los Austrias como en un conjunto de comunidades que compartían un mismo monarca, pero gobernadas de formas distintas y sujetas a lealtades diversas. Existía una lealtad a la persona del monarca, el rey de todos que era a la vez el rey de cada uno, y existía una lealtad a la patria chica, de la que él era soberano. Sin embargo, este intenso patriotismo local o regional se veía acompañado por el sentimiento, aunque fuera vago, de pertenecer a una comunidad más amplia, España. (ELLIOTT, 2005, p. 01).

---

<sup>1</sup> Xavier Gil Pujol fez reflexões interessantes acerca das relações políticas nos séculos XVI e XVII, abordando principalmente as tensões entre os poderes centrais e as esferas locais, adicionando uma dimensão mais profunda a esta discussão, mesmo que não trabalhando diretamente com a questão das identidades: “A percepção num âmbito local das formas políticas próprias dos novos Estados territoriais constituem um dos melhores campos para conhecer a realidade variada do Estado moderno na sua totalidade; e a relação entre formas culturais gerais e ações políticas concretas é um caminho adequado para se entrar nelas. Duas são pelo menos as questões que se suscitam. Em primeiro lugar, as diferenças e os laços entre consciência local e consciência nacional segundo os temas e as motivações. [...] localismo e consciência de um mundo mais amplo que se regia por outras forças, acabaram por fazer parte da preparação política [...]. In: GIL PUJOL, Xavier. Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII. In: *Penélope; fazer e desfazer a história*. nº 6, 1991, p. 119- 144. pp. 139-140.

Duas ressalvas, porém, podem ser feitas a esta passagem de Elliott. Primeiramente, esta consciência histórica das elites governantes dos territórios cristãos de uma unidade perdida não é obviamente algo espontâneo e natural, mas sim, uma construção precisamente de homens que se dedicaram à escrita da história, ou que de alguma forma dotaram seus escritos de outros gêneros literários – como a poesia ou, em alguns casos, as canções – de uma dimensão histórica que fabricasse no passado a unidade necessária no presente. Claro que em muitas ocasiões é a própria, assim chamada, elite governante quem solicita a produção de textos históricos a alguns indivíduos com notória erudição ou ainda, em alguns casos mais raros, é ela mesma responsável pela produção do discurso historiográfico como no caso da obra *Primera Cronica de España*, redigida em 1269, que conta com a participação e a supervisão do soberano Afonso X, o Sábio.

Outra ressalva significativa é o excessivo peso concedido à questão da lealdade à pessoa do monarca. Certamente a coroa dos Áustrias era um elemento aglutinador para a ideia da formação de uma identidade espanhola, entretanto, consideramos que a lealdade que se deseja construir supera em muito a figura do monarca e destaca outros elementos culturais e também políticos na tentativa de forjar uma única comunidade: a Espanha, mesmo que nesta Espanha possam coexistir muitas outras regiões. Esta pluralidade aparece muito bem documentada na obra de Baltasar Gracián *El Criticón*, quando é possível ao autor fazer referência à nação espanhola, “*la primera nación de Europa: odiada porque envidiada*”, e ao mesmo tempo aludir as distintas “*naciones de España*” (GRACIÁN, *apud.* BALLESTER, 2010, p. 53). A utilização do termo nação nas citações acima nos remete ao problema de pensar a nação no século XVII e a uma advertência importante nos lembrando que não devemos, neste contexto, relacionar nação com a problemática do nacionalismo e, muito menos, com a questão da soberania nacional; mas sim com o entendimento do que significava nação para os homens daquela temporalidade. É elucidativo o jogo feito por Ricardo García Cárcel com as inúmeras possibilidades de identificar o processo de formação da identidade nacional dependendo do marco de origem eleito, demonstrando, como de fato, que a questão da identidade nacional não está vinculada a nenhum pressuposto concreto e sim a escolhas teóricas e metodológicas dos indivíduos que se debruçam sobre o tema; nas palavras do autor:

Si, desde luego, maximizamos al Estado propio y común a todos los españoles como eje de la identidad española, el concepto de España no emerge hasta el siglo XVIII tras la Nueva Planta de Felipe V. Si, por el contrario, subrayamos como claves identitarias nacionales la definición de un territorio global y mantenido con estabilidad a lo largo del tiempo, tendríamos que situarnos en 1512 – con la anexión de Navarra como regencia estelar tras la conquista de Granada de 1492 y la unión territorial de las Coronas de Castilla y Aragón con el matrimonio de los Reyes Católicos –; si atendemos a la institucionalización de una lengua común de todos los españoles – el castellano identificado con el español –; entonces tenemos que situarnos en la primera mitad del siglo XVI, con la estela de los grandes elogios del castellano (Valdés, Viciano, Frías, Morales, Nebrija) como referentes; si nos adentramos en la espesura de la formulación del presunto carácter nacional, entonces hemos de seguir la pista de las teorías de los “humores nacionales” y situarnos a fines del siglo XVI para ver en Botero o Bodin los primeros ejercicios de contrastación nacional que tanto circularán en siglo XVII [...] (CÁRCEL, 2004, p. 14).

Recordemos que a palavra latina *natio* aparece recorrentemente em um dos textos mais influentes da tradição cultural ocidental: a Bíblia, e, por decerto, o sentido inerente a seu uso no texto sagrado, influenciou a compreensão feita do termo no período moderno, especialmente após o efeito intensificador de difusão que representou o surgimento da imprensa e as traduções feitas da Bíblia para a língua vernácula. De acordo com Adrian Hastings, desde muito cedo o termo *natio*, e suas variações vernáculas, foram usadas e percebidas em consonância com sua acepção bíblica, ou seja, como um grupo de pessoas unidas por vínculos culturais, históricos e/ou religiosos, geralmente associados à ideia de uma estirpe comum e em razão disso dotados de um caráter diferenciado<sup>1</sup>.

Contudo, a primeira existência de *Hispania* remonta à época do Império Romano. Os territórios da Península Ibérica formavam por então uma única unidade política administrativa, onde coexistiam múltiplas unidades interiores que, entretanto, encontravam-se submetidas ao poder central da autoridade romana. Um momento prévio ao período moderno que, entretanto, é crucial para a paulatina construção da ideia de Espanha é o século XIII, pois nele se concretiza o conceito de “*pérdida de España*” que possibilitou a interpretação das Guerras de Reconquista como a recuperação de uma unidade interrompida na batalha de Guadalete, onde teria se concretizado a invasão mulçumana, e converteu o goticismo em um dos elementos fundamentais existentes na intenção da criação de uma incipiente identidade

---

<sup>1</sup> Ver: HASTINGS, Adan. *La construcción de las nacionalidades*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

espanhola<sup>1</sup>. O glorioso passado visigodo transformou-se em um grande incentivo para que os diferentes reinos cristãos colaborassem entre si, contra o inimigo muçulmano. Entretanto, o conceito de Espanha na Idade Média<sup>2</sup>, apesar de existente, possuía uma dimensão simplesmente territorial. Em meados do século XV, o conceito de Espanha começa a adquirir uma dimensão política, segundo Ricardo García Cárcel, devido ao papel exercido por alguns humanistas aptos a realizar a valorização do conceito de *natio*, entendida como comunidade ancestral que se opõe às invasões estrangeiras. Assim o reinado dos monarcas católicos, iniciado com a união das coroas de Castela e Aragão, projetou a consciência de um governo único até então inexistente.

Um dos períodos centrais para a consolidação da ideia da identidade espanhola, tanto em intensidade como em extensão social, é a época da dinastia dos Áustrias, especialmente o lapso de tempo que compreende o início do governo de Felipe II e o final do governo de Felipe IV. Os vínculos horizontais, aos quais fizemos referência anteriormente, encontravam-se consubstanciados na correspondência entre as causas dinástica, religiosa e patriótica, que estariam aptas a congregar um único coletivo, demonstrando os três pilares da lealdade à Monarquia Espanhola e expressos numa fórmula muito recorrente na época, tal qual aparece na obra prima de Miguel de Cervantes, *Don Quijote de la Mancha*, quando o autor afirma que o soldado espanhol luta “*por su fe, por su nación y por su Rey*” (CERVANTES, 1980, p. 595); ou ainda na exortação feita pelo famoso padre jesuíta Pedro de Ribadeneira aos soldados que embarcavam em direção à Inglaterra de Elizabeth II:

Pero si en esta guerra se defiende, como hemos visto, nuestra santa y católica religión ¿Qué católico Cristiano habrá que no vaya a ella con alegría? Si se defiende la honra de España ¿Qué español habrá que no procure la fama y gloria de su nación? Si se defiende la reputación de nuestro Rey , tan sábio, tan justo, tan moderado y poderoso, de la cual cuelga todo el bien de toda la cristandad ¿qué vasallo habrá que no muestre su lealtad, su celo y su valor? [...] ¿Quien no se ceñirá la espada y embrazará el escudo y blandirá la lanza y derramará la sangre por defender y asegurar la pátria en que nació, por salvar la nave en que navega, por su ley, por su reino, por su Rey y por su Dios. (RIBADENEYRA, 1945, p. 1345).

O início do reinado de Felipe II foi, portanto, um importante marco para o projeto de construção da identidade espanhola. Em contraste com a imagem de seu pai Carlos V

---

<sup>1</sup> Cf. CÁRCEL, Ricardo García (coordinación). *La construcción de las historias de España*. Madrid: Marcial Pons, 2004.

<sup>2</sup> Ver: MARAVALL, José Antonio. *Estudios de Historia del Pensamiento Español: Serie Tercera- El Siglo del Barroco*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1984.

que não possuía uma identidade claramente espanhola, a figura de Felipe II representou desde cedo uma profunda transformação no plano simbólico. Nascido e educado em Castela, o caráter espanhol deste soberano foi reconhecido desde seu nascimento, através do título que recebeu em seu batismo, *Philippus Hispaniarum Princeps*. Em seu reinado, ocorreu uma série de acontecimentos responsáveis por grandes mudanças no arranjo político administrativo que sustentava a existência do pacto entre os territórios que formavam a Espanha. A fixação da corte em Madrid em 1561 transformou Castela no epicentro geográfico em torno do qual articular-se-ia o conjunto de territórios herdados por Felipe II. Posteriormente em 1580, a anexação de Portugal ao território sob comando do monarca espanhol inaugurou um novo período de exaltação da sonhada e finalmente alcançada restituição de *Hispania* – sentimento similar com o qual se celebrou, quase um século antes, a união das coroas de Castela e Aragão. A anexação de Portugal permitiu também que Felipe II ostentasse o título de Rei de *Hispania* no sentido estrito da palavra. Esses acontecimentos, entre outros, converteram o heterogêneo domínio territorial governado por Carlos V – onde as distintas regiões encontravam-se agrupadas de forma igualitária – em uma entidade política em que os conceitos de centro e periferia estavam delineados com precisão no plano simbólico e no plano identitário. A partir de então, o reinado de Felipe II possuiria um epicentro geográfico claramente identificado com um coletivo concreto que encarnaria o projeto universal da Monarquia.

Neste cenário compreende-se bem a importância da cunhagem dos conceitos de Império Espanhol e de Monarquia Espanhola<sup>1</sup>, pois eles poderiam funcionar como elementos aglutinadores da identidade espanhola, proporcionando aos habitantes da península ibérica<sup>2</sup> algo grandioso, cujas vitórias e glórias alcançadas pertenceriam a todos que se reconhecessem como espanhóis, o que em nenhum momento significa que estes indivíduos estivessem obrigados a abrir mão de sua identificação e lealdade com a pátria local. O projeto de império universal católico que deveria ser governado pela Monarquia Espanhola elaborado por Tomasso Campanella é uma demonstração

---

<sup>1</sup> Irving A. A. Thompson escreveu um interessante artigo sobre a locução Monarquia Espanhola utilizando como fonte documental principalmente as atas das cortes de Castela do período moderno. Ver: THOMPSON, Irving A. A. La Monarquía de España: La invención de un concepto. In: GUILLAMÓN ÁLVAREZ, F.L ; MUÑOZS RODRÍGUEZ, J. D.; CENTENERO DE ACRE, D. *Entre Clío y Casandra; Poder y sociedad n la Monarquía Hispánica durante la edad moderna*. Cuadernos del seminario Floridablanca n 6. Universidad de Murcia: Servicio de Publicaciones, 2005. pp. 33- 56.

<sup>2</sup> Exceção feita, grosso modo, a Portugal.

contundente da exemplaridade atribuída aos conceitos em questão. Antonio-Miguel Bernall, em *España, proyecto inacabado. Los costes/beneficios del Império*, sublinhou a importância do fator imperial como elemento de coesão entre os reinos, posto que, efetivamente, o ator coletivo da dominação imperial não seria a população de um único reino, mas a nação espanhola – entidade reconhecida por inúmeros autores da época como, por exemplo, Francisco de Quevedo, Saavedra Fajardo, Álamos Barrientos, Juan de Mariana, Baltasar Gracián, Sancho de Moncada.

Desta perspectiva, pode-se compreender melhor as constantes críticas feitas aos castelhanos, pelos habitantes de outras regiões da península, acusados de pretenderem se transformar no centro efetivo de dominação da Monarquia. As denúncias de uma excessiva identificação de Felipe II, e de seu governo, com Castela partiam de uma insatisfação com uma ordem política que, apesar de integrar todos seus elementos de maneira harmônica no plano simbólico, na prática, em boa medida, significava a subordinação aos interesses da coroa dos Habsburgos. A tensão entre Castela e as demais territorialidades peninsulares durante o século XVII, atingindo seu ápice na época de Felipe IV e do projeto do Conde Duque de Olivares, demonstram a disputa, ainda em voga, por o quê seria a Espanha e o quê significaria identificar-se enquanto espanhol.

Igualmente importante ao conceito de Império Espanhol é o conceito de Monarquia Espanhola. Mateo Rodríguez Ballester, em sua obra *La identidad española en la Edad Moderna (1556-1665); Discursos, símbolos y mitos*, sinaliza que este conceito adquiriu popularidade em 1597 com a publicação da obra de Gregório Lopez de Madera, *Las excelencias de la Monarquia y Reino de España*, após uma acirrada controvérsia que teve como palco o Concílio de Trento. Ocorre que no reinado de Felipe II ainda não existia uma denominação oficial que consagrasse a centralidade do elemento hispano no conjunto territorial governado pelo monarca, nem ao menos uma denominação oficial que englobasse os territórios peninsulares criando uma marca distintiva em relação às demais regiões que encontravam-se sob domínio de Felipe II. Na tentativa de preencher esta lacuna, um dos representantes espanhóis no Concílio de Trento, Fernando Vázquez de Menchaca colocou em foco a discussão sobre procedência da titulação régia, propondo para o então soberano espanhol que o título de Felipe II fosse *esplendor de Hispana nación y oráculo del Orbe Cristiano*, título que sugeria a primazia universal de



Espanha através da combinação da ideia de um império particular com a aspiração de dominação universal<sup>1</sup>.

Ainda que Vázquez de Menchaca não tenha conseguido para seu soberano o título desejado, a controvérsia de Trento suscitou uma corrente argumentativa que produziu uma considerável alteração simbólica, culminando na definição dos territórios governados por Felipe II, e seus sucessores, como Monarquia Espanhola ou Monarquia Hispânica e, segundo Ballester, o responsável pela popularização desse conceito teria sido Gregório Lopez de Madera, baseando-se amplamente nos argumentos defendidos por Vázquez de Menchaca. Até então as crônicas e tratados faziam referência ou à Espanha simplesmente, aludindo a uma entidade histórico cultural, ou, em um sentido mais estritamente político, Reinos de Espanha. O conceito de Monarquia Espanhola estabelecia a absoluta centralidade de Espanha dentro do heterogêneo conjunto territorial comandado por Felipe II, além de adicionar um status de potência hegemônica com pretensão de domínio universal.

Esta pretensão de se tornar um império com domínio universal, ademais, encontrava um grande respaldo nos pressupostos religiosos. Assim não tardou muito para que Monarquia Espanhola e Monarquia Católica se tornassem, em algum sentido, termos correlatos, fazendo com que a defesa contra-reformista da fé católica se transformasse em um dos pilares de construção da identidade espanhola como expresso na fórmula cervantina "*por su fe, por su nación y por su Rey*". Inúmeros argumentos eram utilizados para legitimar a preferência divina pela nação espanhola como a antiguidade da Igreja na Península Ibérica; a peregrinação do apóstolo Santiago; as inúmeras santificações e beatificações de seus naturais; a fervorosa religiosidade e compaixão de seus monarcas; a marcada intolerância frente aos judeus e aos mouros, que culminou na expulsão dos judeus e mouros em 1609 e, essencialmente, a excepcional devoção de sua população. Procurava-se justificar a superioridade territorial e a força política da Monarquia em um chave providencialista que igualava domínio e território à excelência espiritual. Tratava-se assim da retribuição divina ao povo e ao monarca mais devotos de toda a cristandade.

O ideal de confecção de uma identidade espanhola encontrava-se bastante desenvolvido nos discursos e tratados, na época do reinado de Felipe II. Contudo o

---

<sup>1</sup> Cf. FERNÁNDEZ ALBALADEJO, P. *Fragmentos de Monarquia*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

processo necessário ao estabelecimento de um sentimento comum de identidade entre os habitantes de uma determinada região, não é um procedimento simples, passível de alcançar sua concretização em um curto período de tempo. Os símbolos – fé, nação e dinastia – e conceitos – Espanha, Monarquia Espanhola, Império Espanhol e Monarquia Católica –, mais proeminentes e eficazes na construção da identidade espanhola a partir do final do século XVI, passaram por constantes processos de re-significação e suas transformações coadunaram-se com o projeto imperial em voga no período de reinado dos Habsburgos. Não estamos, certamente, tentando afirmar uma lógica inerente ao processo de formação da identidade espanhola, como se os atores que dela porventura tivessem participado o fizessem com plena consciência e dotados de uma intenção deliberada para que suas ações produzissem determinados resultados no futuro. É precisamente neste sentido que o discurso histórico alcança sua importância, posto que tal discurso irá organizar os fatos do passado de maneira a forjar uma realidade, que seja funcional do ponto de vista político e social. A História se transforma, portanto, em um poderoso signo no processo de construção da identidade nacional.

Quando o discurso histórico adota um coletivo cultural-territorial como personagem central da narração, ele se converte em uma das peças centrais na construção da identidade, já que tal discurso cria a sensação de coesão coletiva, gerando um sentimento de pertença a um grupo que conecta os indivíduos entre si, através da partilha de um mesmo passado. As interpretações feitas de distintos períodos históricos, inclusive daqueles onde a identidade coletiva que se deseja afirmar não estava presente, a partir de uma ótica protonacionalista possibilitam a geração de uma auto-percepção<sup>1</sup> da comunidade como uma realidade sólida, permanente e, até mesmo, essencial. Não à toa o projeto historiográfico foi uma das preocupações constantes dos monarcas espanhóis, adquirindo crescente importância que pode-se ver concretizada na criação do cargo de cronista real ainda no século XV.

Ao projeto de consolidação e fortalecimento da identidade espanhola em pleno desenvolvimento no reinado de Felipe II, segue-se uma grande virada na política de produção e publicação das obras de história, signo do papel central assumido pelo discurso histórico no século XVI. Contudo, as transformações ocorridas no nível político administrativo do complexo territorial governado pelo monarca espanhol postulavam

---

<sup>1</sup> Não somente a autopercepção de um determinado coletivo social enquanto comunidade é importante, mas também a projeção da imagem de comunidade ao estrangeiro.

um novo desafio para os escritores de história: escrever uma história para um coletivo que se estruturava como uma monarquia compósita, uma empreitada nada simples. Em tal história deveriam estar representadas as passagens mais significativas da trajetória de cada uma das comunidades que compunham a entidade Espanha, sem que isso compromettesse a confecção de uma identidade comum espanhola baseada na partilha de um mesmo passado. Não se podia apenas construir histórias separadas dos reinos porque tal história não alcançaria o propósito esperado de uma história da Monarquia Espanhola, com as consequentes implicações simbólicas e ideológicas expressas neste conceito. O testemunho de Esteban de Garibay<sup>1</sup>, que chegou a ser bibliotecário e cronista oficial no reinado de Felipe II, ilustra muito bem a dificuldade inerente a este projeto:

A mi parecer y al de muchos otros, esta Historia de España es más difícil y trabajosa de escribir de cuantas regiones y provincias hay en Europa [...] porque si de Francia, Inglaterra, Alemania, Hungria, y de otras muchas regiones y naciones diversas, quisieren escribir, solo hay que referir una línea de Reyes, sucedientes unos a otros, pero en lo de España, sin lo de más antiguo, que será historia harto notable, y llena de antigüedades, dignas de ser escritas y sabidad, hay que tratar después de la entrada de los moros, de tantas sucesiones de reyes, de reinos y provincias por si con reyes distintos y separados, que a cualquier cronista y escritor suyo, que universalmente quisiere como yo escribir de todos ellos, causará gravísimos trabajos, según de el progreso de está obra verá. (GARIBAY, 1628. p. 137).

Quase uma década antes do começo do reinado de Felipe II, que se iniciou em 1556, na cidade de Granada, no ano de 1545, Sancho de Nebrija levou a cabo uma política editorial que primava pela publicação de textos inéditos da historiografia hispânica, como as obras de Rodrigo Ximénez de Rada, Alonso de Cartagena, Juan Margarit e Antonio de Nebrija, todas endereçadas ao então príncipe Felipe. Já no período de vigência do reinado de Felipe II, saem à luz obras com uma pretensão muito mais totalizadora em relação ao passado hispânico, entre elas *Crónica General de España* de Ambrosio de Morales (publicada entre 1574 e 1586) cujos três volumes pretendiam dar continuação à obra de Florián de Ocampo; *Historia de los Reyes Godos que vinieron de Scitia de Europa contra el Imperio Romano y a España y la sucesión dellos hasta el católico Philipe Segundo* (1582), de Julián del Castillo; *Los cuarenta libros del compendio historial de las cronicas y universal historia de todos los reynos de España*, de Esteban de Garibay,

---

<sup>1</sup> Em vários momentos da obra, Garibay alude à pluralidade da história da Espanha: “Para tan diversas historias de Reynos, tanto unos de otros diferentes, forcosamente aure de seguir diversos autores” f. 15 e “porque en diversidad de historias de diferentes naciones”. IN: GARIBAY, Esteban. *Los cuarenta libros del compendio historial de las cronicas y universal historia de todos los reynos de España*; Tomo Primeiro. Barcelona: por Sebastian de Cormellas, 1628. f.17.

que teve sua primeira impressão em Amberes no ano de 1571 e *De rebus Hispaniae* (1592), do padre jesuíta Juan de Mariana. Todo esse empenho confluía no objetivo de homogeneização de uma memória hispânica, ao mesmo que tempo em que pretendia singularizar a plural concepção de Espanha. Existe uma perfeita pertinência no fato de que este processo tenha alcançado seu ápice no período do reinado de Felipe II, pois como nos diz Ricardo Garcia Cárcel:

Naturalmente, que fuese a fines del reinado de Felipe II cuando se construyeran estas historias de España tiene plena lógica historia. Será en este reinado cuando se cargue de contenido nacional el antes estricto sentido territorial de España. Son los años del narcisismo lingüístico y cultural español y de la conciencia providencialista de la función religioso-imperial a desarrollar por la monarquía. La proyección misional en Europa y América sirvió de aglutinante al dotar de sentido funcionalista la propia identidad. [...] El excitante de la conciencia nacional española iba a ser la supuesta misión o función que cumplir. De las épicas obligaciones que la monarquía va contrayendo hacia las presuntas responsabilidades de España. Monarquía y nación serán conceptos vinculados simbioticamente muchas veces. (CÁRCEL, 2004, p. 16).

Até o século XVI não havia uma história da Espanha que conseguisse conciliar as histórias particulares de cada reino em um todo unitário, conseguindo, portanto, representar a história da Monarquia Espanhola. A obra de Esteban de Garibay, *Compendio historial de las cronicas y universal historia de todos los reynos de España* escrita em 1556 e publicada em 1571, é apontada como o primeiro texto bem sucedido no propósito de abarcar a totalidade da história da Espanha, desde seu primórdios míticos até um passado próximo, como o próprio Garibay afirma: “*se escribieran muchas cosas notables en alabanza y loor, y así de los reynos de España, como de la nación española*” (GARIBAY, 1628, p. 22). No entanto, Garibay apresentava uma interpretação pluralista da história da Espanha que se projetava na própria organização da obra, onde o tratamento da história dos diferentes reinos peninsulares é realizado em capítulos distintos; sendo, portanto, uma abordagem não coordenada em que se faz premente a ausência de uma visão de conjunto necessária à construção da História da Monarquia Espanhola. Estas características da obra de Garibay são interpretadas por García Cárcel como uma tensão entre construção horizontal e construção vertical do conceito de Espanha.

Vemos assim que a escrita da história foi um ingrediente de peso no projeto de construção da identidade espanhola, mas novamente o discurso historiográfico, de finais do século XVI e do início do XVII, apresentará um conteúdo e uma roupagem bastante diferenciados do modelo anterior. Uma das grandes marcas distintivas do discurso

historiográfico, que vai tomando forma neste período, é a posse de um ambicioso projeto de ação: atuar sobre o presente. A assinalada preocupação com o presente previa dois possíveis direcionamentos às formas de intervenção almejadas por aqueles que escreviam obras de história. A primeira pode ser identificada no olhar conduzido ao passado com o presumido desejo de construir uma memória coletiva espanhola. A segunda forma de intervenção está relacionada com o lugar assumido pela história como fonte de ensinamentos políticos, em outras palavras, a história representa o território consagrado de aprendizagem da prudência, virtude máxima do político ibérico.

José Antonio Maravall, em sua obra *Antiguos e Modernos*, levanta uma interessante questão sobre o princípio de emulação. A concepção renascentista de que a cultura da Antiguidade Clássica corresponderia ao parâmetro básico de comparação das conquistas alcançadas, foi substituída por um olhar privilegiado para a tradição histórica do próprio coletivo que se transformou no ideal a ser perseguido. Na concepção de Maravall, esta mudança no padrão de emulação está relacionada ao novo sentimento patriótico desenvolvido nas sociedades políticas europeias durante o século XVI<sup>1</sup>, tendo como desdobramento o gosto pela narração das origens de cada povo, percebendo naqueles primórdios uma primeira imagem do grupo ao qual se pertence e não um estado de barbárie. Em distintas localidades europeias<sup>2</sup> se afirma uma antiguidade própria onde a falta de realizações concretas, em comparação ao legado da Antiguidade Clássica, é compensada pela exaltação dos mais extraordinários mitos de origem e da posse das mais excelsas virtudes como características próprias daquele coletivo, a consequência disso pode ser compreendida nos seguintes termos “*Ese sentimiento de variedad, fortaleciendo la conciencia de la diversidad de los otros grupos humanos, impulsará el desarrollo de las modernas naciones*”(MARAVALL, 1986, p. 400).

---

<sup>1</sup> Cf. MARAVALL, José Antonio. *Antiguos y Modernos; Vision de la historia e idea de progreso hasta el Renacimiento*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

<sup>2</sup> Certamente podemos encontrar semelhantes compreensões dos processos de construção das identidades europeias que ressaltam o papel do Estado, da imprensa e do discurso histórico, em pesquisas mais recentes que a de José Antonio Maravall. Citamos: *En este juego, las palabras claves son esencialismo e invasionismo, con el presupuesto de la continuidad, palabras y conceptos que son también claves en las restantes construcciones historiográficas de las identidades europeas en el siglo que ve la expansión del Estado Moderno y de la propia imprenta; el caso de Francia puede servir para ejemplificar esto, incluyendo el papel de sus antepasados los galos*. In: WULFF ALONSO, Fernando. *Vascones, Autoctonía, Continuidad, Lengua. Entre la Historia y la Historiografía*. IN: ANDREU PINTADO, Javier (Ed). *Los Vascones de las fuentes antiguas; en torno a una etnia de la antigüedad peninsular*. Barcelona: Publicacions i edicions, Universitat de Barcelona, 2009. p. 30.

Como mencionamos anteriormente, até o século XVI não havia uma história da Espanha que conseguisse conciliar as histórias particulares de cada reino em um todo unitário que conseguisse representar a história da Monarquia Espanhola. A obra de Esteban de Garibay, *Compendio historial de las cronicas y universal historia de todos los reynos de España* escrita em 1556 e publicada em 1571, é apontada como o primeiro texto bem sucedido no propósito de abarcar a totalidade da história da Espanha, desde seu primórdios míticos até um passado próximo, como o próprio Garibay afirma: “*se escribieran muchas cosas notables en alabanza y loor, y así de los reynos de España, como de la nación española*” (GARIBAY, 1628, p. 22). No entanto, Garibay apresentava uma interpretação pluralista da história da Espanha que se projetava na própria organização da obra, onde o tratamento da história dos distintos reinos peninsulares é realizado em capítulos distintos; sendo, portanto, uma abordagem não coordenada em que se faz premente a ausência de uma visão de conjunto necessária à construção da História da Monarquia Espanhola. Estas características da obra de Garibay são interpretadas por García Cárcel como uma tensão entre construção horizontal e construção vertical do conceito de Espanha.

A história de Garibay obteve um êxito editorial muito restrito, sendo reeditada apenas em 1628, ou seja, 58 anos após sua primeira aparição, e também apresentava um enfoque excessivo na genealogia<sup>1</sup> das diversas casas nobres. Sua fórmula de composição, narrar uma após a outra a história dos reinos peninsulares, não correspondia propriamente a uma história unificada da Espanha, no sentido em que viemos trabalhando. Espanha é conceituada na obra como referencial de localização geográfica e simbólica e não como alegoria de unidade e identidade coletiva, posto que suas distintas territorialidades são os atores principais do relato. A obra de Juan de Mariana surgiu para preencher esta lacuna e se transformou em um dos marcos da historiografia espanhola.

As razões da singularidade e centralidade da obra de Juan de Mariana devem-se aos motivos que o autor declara para sua confecção, aos objetivos perseguidos pelo texto e à recepção por parte de um amplo público leitor, causando um grande impacto na sociedade espanhola da época. Em 1592, é lançada pela primeira vez *De rebus*

---

<sup>1</sup> Outras obras de Esteban de Garibay comprovam sua predileção pelos aspectos genealógicos como *Ilustraciones genealógicas de los Cathólicos Reyes de los Españas y de los Cristianísimos de Francia y de los Emperadores de Constantinopla, hasta el Rey nuestro señor Don Philipe el II y sus serenísimos hijos e Los siete libros de la progénie y parentela de los hijos de Esteban de Garibay*.

*Hispaniae*, redigida em latim, para quase uma década depois, em 1601, ser publicada *Historia general de España*, em espanhol, momento em que a obra realmente conheceria uma grande projeção através do notável êxito editorial comprovado por sete edições até 1623. Antes de analisar melhor a história de Juan de Mariana e o impacto provocado por ela na sociedade espanhola, é necessário elucidar algumas informações sobre seu autor<sup>1</sup>, personagem tão emblemático do barroco espanhol.

A trajetória de Juan de Mariana passa por vários centros de difusão do conhecimento da Europa e foi marcada pelo encontro com figuras centrais do *Siglo de Oro*, tais quais Pedro de Ribadeneira, Francisco de Quevedo, Tomas Tamayo de Vargas e Francisco de Borja, sendo influenciada também por fortes conexões com a dinastia dos Habsburgos. Juan de Mariana ingressou na Companhia de Jesus em 1554, após a realização de seu noviciado em Simancas sob a supervisão de Francisco de Borja; estudou filosofia, teologia e história na Universidade de Alcalá de Henares, fundada pelo cardeal Cisneros, antes de ser professor de teologia, grego e hebraico na Universidade de Paris e em Medina. Circulou por Roma, onde lecionou teologia durante quatro anos no Colégio Romano, Sicília e Flandres, antes de retornar a Espanha em 1574, onde iria se instalar em Toledo, sua cidade natal, e viver na companhia de outros religiosos como Ribadeneira, Dionisio Vázquez, Gaspar Sánchez e Miguel de Torres. Figura controversa, Mariana escreveu obras que geraram grandes polêmicas na Europa de seu tempo – as principais polêmicas certamente foram a legitimação do tiranicídio<sup>2</sup>, defendida por Mariana em sua obra *De rege et Regis institutione*, e o ataque perpetrado contra a política monetária defendida pelo Duque de Lerma em *Tratado y discurso sobre la moneda de vellón que al presente se labra en Castilla y de algunos desórdenes y abusos* – chegando,

---

<sup>1</sup> Existe uma ampla bibliografia sobre Juan de Mariana e sua obra. Contudo, não é nosso objetivo abordar em profundidade todos os elementos que confluíram na importância alcançada por este personagem, apenas aqueles referentes à escrita da história. Dois estudos mais recentes sobre Mariana são: BRAUN, Harald, E. *Juan de Mariana and Early Modern Spanish Political Thought*. University of Liverpool, UK: Ashgate, 2007; CENTENERA SÁNCHEZ-SECO, Fernando. *El recuerdo de la vida y obra filosófico-política de Juan de Mariana*. España: AFDUA, 2006.

<sup>2</sup> Harro Hopfl, um estudioso do pensamento político jesuíta, afirmou que a polêmica aberta pela obra de Mariana iria gerar conseqüências para a companhia de Jesus como um todo, segue a passagem: *The Oath of Allegiance controversy established internationally, and anti-Jesuit polemics after Henri IV's assassination consolidated, the canard that tyrannicide was a specifically Jesuit doctrine, and that it was one (perhaps the preferred) instrument for implementing papal depositions of rulers, an instrument regularly employed and advocated by Jesuits, long with conspiracies and Machiavellian methods generally. The legend both fed and was fed by the stream of increasingly lurid anti-Jesuit libels and conspiracy theories popular in the Holy Roman Empire, and other suspect sources, such as parlementaires and the Sorbonne backtracking on an embarrassing past*. In: HÖPLF, Harro. *Jesuit Political Thought; the Society of Jesus and the State, c. 1540-1630*. New York: Cambridge University Press, 2004. p. 322.

inclusive, a acarretar-lhe um ano de reclusão no convento de *San Francisco el Grande* ordenada pelo Duque de Lerma, à época valido de Felipe III.

Não deixa de ser curioso que um personagem tão polêmico como Juan de Mariana tenha sido o responsável pela obra que estabeleceu a pedra angular da historiografia espanhola moderna, mesmo que ela própria, a seu turno, tenha gerado acalorados debates. Homem culto e completamente inserido nos convulsionados acontecimentos de sua época, Mariana possuía um grande interesse pela escrita da história, uma vez que seus esforços nesta área são anteriores a *Historia general de España*. Enrique García Hernán, em sua colaboração na obra coletiva *La construcción de las historias de España*, afirma que desde um momento bem inicial a Companhia de Jesus destinou a Mariana o ofício de historiador, para que este colocasse sua erudição a favor da contenda contra os protestantes<sup>1</sup>. Quando lecionava teologia no colégio de Clermont, em Paris, na companhia de Juan Maldonado, Juan de Mariana entrou em contacto com o manuscrito de Isidoro de Sevilha sobre a história dos godos e pode conhecer a obra de Paolo Emilio, humanista italiano contratado por Luis XII para escrever a história da Monarquia Francesa, *De rebus gestis Francorum*, rejeitando alguns fantasiosos mitos de origem e apresentando a defesa do galicanismo frente à Igreja de Roma. Outras referências do modelo historiográfico francês foram os escritos de Robert Gaguin, cronista oficial da França no século XV, o *Compendium de Origine et gestis Francorum*, publicado em Paris em 1495 e também *Chronicon de regibus Francorum* de autoria de Du Tillet.

Apesar de sua tardia nomeação como cronista oficial, apenas poucos anos antes de sua morte, já no reinado de Felipe IV, alguns laços já haviam sido estabelecidos entre Juan de Mariana e os monarcas da dinastia Habsburgo com a intenção de produzir conhecimento sobre o passado espanhol. A primeira tarefa de Juan de Mariana designada por Felipe II em 1580 correspondeu à edição dos textos de Isidoro de Sevilha, publicado em 1597. Contudo, Mariana buscou apoio financeiro do rei para escrever sua própria obra narrando a história da Espanha e foi bem sucedido. Posteriormente *De rebus Hispaniae* obteve autorização do conselho real para a impressão em 1592. No ano de falecimento do rei, em 1598, o padre jesuíta buscou estabelecer novos vínculos com o novo sucessor Felipe III e novamente foi bem sucedido, angariando um suporte de 300

---

<sup>1</sup> Ver GARCÍA HERNÁN, Enrique. Construcción de las historias de España en los siglos XVII y XVIII. In: GARCÍA CÁRCEL, Ricardo (coord). *La construcción de las historias de España*. Madrid: Marcial Pons, 2004. p. 129.



ducados para que pudesse publicar *De rebus Hispaniae* em castelhano. Todavia a edição da obra de Mariana que nos interessa aqui, devido à irradiação e ao impacto provocado na sociedade da época, foi *Historia General de España*. No prólogo da obra, Juan de Mariana manifesta que na operação de conversão do idioma original de escrita, o latim, para o castelhano, classificado com língua de romance, procedeu não como interprete, mas como autor, admitindo a possibilidade de alterar nomes e inclusive de mudar opiniões expressas no texto e desvendando também os motivos que o impulsionaram a redigir a obra:

Lo que me movió a escribir la historia latina fué la falta que della ténia nuestra España (mengua sin duda notable), mas abundante en hazañas que en escritores, en especial deste jaez. Juntamente me convidó á tomar la pluma el deseo que conocí, los años que peregriné fuera de España, en las naciones extrañas, de entender las cosas de la nuestra; los principios y medios por donde se encaminó á la grandeza que hoy tiene. Volvíla en romance, muy fuera de lo que al principio pensé, por la instancia continua que de diversas partes me hicieron sobre ello y por el poco conocimiento que de ordinario hoy tienen en España de la lengua latina, aun los que en otras ciencias y profesiones se aventajan. Mas ¿que maravilla, pues ninguno por este camino se adelanta, ningun premio hay en el reino para estas letras, ninguna honra, que es la madre de las artes? que pocos estudian solamente por saber. (MARIANA, 1864, p. 11).

Podemos inferir que Mariana, após sua peregrinação pela Europa, não identificou nenhuma obra que narrasse a história da Espanha de maneira a dar conta desta nova entidade, a Monarquia Espanhola. Em outras palavras, não havia ainda uma narração do passado que integrasse as histórias dos reinos peninsulares de forma coesa, tal qual o arranjo político governamental vigente no reinado de Felipe II, e, podemos dizer mais, que conferisse uma identidade espanhola frente aos outros territórios europeus. No trecho acima, existe ainda uma crítica implícita aos cronistas oficiais responsáveis por esta tarefa e que, entretanto, ainda não a haviam concluído.

*Historia General de España* foi elaborada para preencher esta lacuna e uma das principais explicações do êxito de Mariana reside em sua capacidade de narrar ao mesmo tempo a história dos reinos peninsulares conectada com os principais eventos civis e eclesiásticos e com a biografia dos monarcas. Em certo sentido, todos os habitantes da península ibérica, incluindo sob muitas ressalvas os portugueses, poderiam se conectar com a história de Mariana. Para tanto, Mariana iria adotar como princípio ordenador de seu escrito um caráter essencialmente cronológico, narrando em paralelo o que ocorria em cada um dos reinos. Contudo a atenção concedida a cada um dos reinos encontrava-se emoldurada em um quadro simbólico mais amplo identificado

na unidade espanhola, sempre presente como referente último. No entender do padre jesuíta, a União Ibérica finalizada com a anexação de Portugal em 1580 seria uma necessidade histórica e um ponto de chegada natural de um processo interrompido na queda do reino visigodo, atravessado pelas guerras de reconquista e retomado na união das coroas de Castela e Aragão. O relato historiográfico de Juan de Mariana abarcava todos como partes integrantes de uma única Espanha:

Finalmente no nos contentamos con relatar los hechos de un reyno solo, sino los de **todas las partes de España**: mas largo, o mas breve, segun que las memorias hallamos. Ni solo referimos las cosas seglares de los Reyes, sino que tocamos assi mismo las eclesiasticas, que pertenecen a la religion. (MARIANA, 1864, L.I) [grifo meu].

Desta forma, seu conceito de Espanha era unitarista, apesar do fio condutor do discurso ser Castela. Contudo, não uma Castela para os castelhanos, mas uma Castela para todos, uma Castela que pudesse simbolizar a Espanha. *Historia General de España* foi a primeira obra do gênero que conseguiu atingir um extenso público leitor, transcendendo o pequeno círculo habituado a consumir obras de cunho historiográfico na Espanha<sup>1</sup>. Juan de Mariana, com sua história, pretendia oferecer uma biografia coletiva dos hispânicos, reforçando um coletivo político e cultural, através da exaltação dos sentimentos de antiguidade, continuidade e orgulho.

Ao longo da obra, mais especialmente no capítulo VI do livro primeiro, *De los costumbres de los españoles*, o padre jesuíta desenha características coletivas adornadas por excelentes qualidades e virtudes que, todavia, como não podíamos deixar de esperar de Juan de Mariana, contemplam igualmente defeitos e vícios dos espanhóis. Mariana estava manejando deliberadamente o discurso historiográfico para desferir censuras e acusações à sociedade de sua época, até mesmo aos príncipes e aos governantes, ao mesmo tempo em que, apontando os erros, esperava evitar a situação crítica que se avizinhava. Os vícios que enfraquecem os espanhóis, entretanto, são apontados como resultado do trato com outras nações que corrompem aqueles com mercadorias desnecessárias e seus costumes estrangeiros. Em um passado longínquo, os habitantes da Ibéria são descritos como um povo que vivia de maneira rudimentar, interpretação que desperta a possibilidade de supormos que as qualidades descritas posteriormente como próprias dos espanhóis seriam consequências da aceitação do cristianismo,

---

<sup>1</sup> Cf. BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. *Op. cit.* p. 190.

concepção que se encaixa perfeitamente no tom providencialista que caracteriza o relato. Vejamos o que nos dizia Mariana sobre os espanhóis:

Groseras sin policía ni crianza fueron antiguamente las costumbres de los españoles. Sus ingenios mas de fieras que de hombres. En guardar secreto se señalaron extraordinariamente; [...] aborrecedores del estudio de las ciencias, bien que de grandes ingenios [...] Esto fué antiguamente, porque en este tiempo mucho se han acrecentado, así los vicios como las virtudes. Los estudios de la sabiduría florecen cuanto en cualquiera parte del mundo; en ninguna provincia hay mayores ni mas ciertos premios para la virtud; en ninguna nacion tiene la carrera mas abierta y patente el valor de la doctrina para adelantarse. Deséase el ornato de las letras humanas, á tal empeño que sea sin daño a las otras ciencias. Son muy amigos los españoles de la justicia. [...] En lo que mas se señalan es la constancia de la religion y creencia antigua, con tanto mayor gloria, que en las naciones comarcanas en el mismo tiempo todos los ritos y cerimonías se alteran con opiniones nuevas y extravagantes. Dentro del España florece el consejo, fuera las armas [...] han peregrinado por gran parte del mundo con fortaleza increíble. [...] Verdad es que en nuestra edad se ablandan los naturales y enflaquecen con la abundancia de deleites [...] El trato y conocimiento de las otras naciones que acuden á la fama de nuestras riquezas, y traen mercaderías que son á propósito para enflaquecer los naturales con su regalo y blandura, son ocasion de este daño. Con esto, debilitadas las fuerzas y estragadas con las costumbres extranjeras, demás desto **por la disimulacion de los príncipes** y por la licencia y libertad del vulgo, muchos viven desenfrenados, sin poner fin ni tasa á la lujuria ni á los gastos ni á los arreos y galas. Por donde, **como dando vuelta la fortuna desde el lugar mas alto do estaba, parece á los prudentes y avisados que, mal pecado, nos amenazan graves daños y desventuras**, principalmente por el gran odio que nos tienen las demás naciones; cierto compañero sin duda de la grandeza de los grandes imperios, pero ocasionado en parte de la aspereza de las condiciones de los nuestros, de la **severidad y arrogancia de algunos de los que mandan y gobiernan**. (MARIANA, 1864, p. 06-07) [grifos meus].

Na obra de Juan de Mariana existe ainda uma tendência a interpretar as vitórias militares, as conquistas territoriais e preeminência da Espanha no cenário político europeu na época moderna como um prêmio atribuído pela Divina Providência. A causa da Espanha seria também a causa de Deus, portanto, os sucessos espanhóis não eram nada mais que uma recompensa à imaculada religiosidade e moral dos governados e governantes, e ainda a comprovação de que os espanhóis eram o povo escolhido por Deus para defender a religião católica; são estas as linhas básicas da teoria providencialista que explica como a fé pode se transformar em um dos pilares da identidade espanhola. Juan de Mariana deixa bastante claro o componente celestial em sua história em momentos bem diferenciados entre si, por exemplo: na conquista da América, “*con las flotas que cada año van y vienen y con el favor del cielo, se ha traído tanto oro y plata y pedras preciosas*” (MARIANA, 1864, p. 02), na união das coroas de Castela e Aragão, “*a los demás pretendores [...] se la gana finalmente el rey don Fernando, no sin voluntad y providencia del cielo*” (MARIANA, 1864, p. 169), e, mesmo porque nem

só de bênçãos vivia a relação com o Senhor, na derrota da Invencível Armada igualmente se fazia sentir a presença divina, “*castigo Dios muchos y muy graves pecados de nuestra gente*” (MARIANA, 1864, p. 240). Outro pilar que sustenta a identidade espanhola, marca uma presença indelével na escrita da história de Juan de Mariana, a ideia do Império Espanhol, “*todas sus partes y como todos sus miembros termina su muy ancho imperio, y le estiende como hoy vemos hasta los fines de Levante y Poniente*” (MARIANA, 1864, p. 405).

A história de Juan de Mariana foi além da narração dos feitos exemplares dos príncipes ou de um simples relato das conquistas das Monarquias. Em certo sentido, pode-se dizer que a *Historia General de España* elegeu protagonistas distintos: Espanha e os Espanhóis, o que não significa, em momento algum, que o elemento dinástico fosse um aspecto menosprezado no relato. Certamente o elemento dinástico possui grande importância, que podemos verificar de maneira bem trivial até mesmo pela organização da narrativa que quase sempre adota como marcos temporais determinados eventos relacionados à monarquia, tais quais, bodas reais, mortes, sucessões, entre outros. Entretanto a simples possibilidade de dirigir duras críticas aos governantes enfraquece um pouco o protagonismo dos mesmos. Existe também a anexação de episódios da história eclesiástica que institui ainda mais um foco narrativo. Acrescenta-se a isso a repetida utilização de expressões como *nuestros* e *nosotros* que indicam que Mariana se dirigia a um grupo maior. Falava para um povo com o intento de incutir-lhe uma identidade coletiva, baseada na partilha de algumas características e de um passado comum, e de o tornar consciente dos deveres que ele possuía para com sua terra.

O impacto provocado por *Historia General de Espana*, a despeito do sucesso editorial, foi significativo. Várias figuras de peso do círculo letrado do mundo barroco manifestaram suas opiniões, positivas ou negativas, sobre o escrito, mostrando como não apenas a obra havia alcançado grande irradiação, mas como ela também esteve apta a suscitar acalorados debates sobre o passado e o presente da Monarquia Espanhola. Entre os defensores mais proeminentes de Mariana alinhavam-se nomes tais quais Francisco de Quevedo y Villegas, Tomás Tamayo de Vargas e Lope de Vega. Tomás Tamayo de Vargas participou diretamente da contenda, redigindo sua *Historia General de España del padre Juan de Mariana defendida por el Doctor Don Thomas Tamayo de Vargas contra las advertencias de Pedro Mantuano*. Tamayo de Vargas foi cronista real no reinado de Felipe IV, sendo que previamente havia sido secretário do cardeal Enrique de Guzmán, sobrinho do Conde Duque de Olivares, e também chegou a ocupar os postos de

cronista real de Castilla, em 1626, e de cronista maior das Índias, em 1636, sendo considerado um dos grandes historiadores olivarietas junto a Francisco de Rioja, Francisco Ramos del Manzano e Virgilio Malvezzi. Finalmente o teatrólogo Lope de Vega, árduo defensor da Monarquia Espanhola, produziria uma defesa um tanto quanto ambígua de Juan de Mariana, pois apesar de referir-se ao mesmo como o “*doctíssimo Mariana*”, sublinhou seu elevado potencial de crítica à sociedade e aos poderes governantes de seu tempo, “*Mariana, que la patria, si yerra, no perdona*”(LOPE DE VEGA, *apud* BALLESTER, 2010, p. 221).

Nas fileiras dos detratores de Juan de Mariana, encontraremos personagens não menos emblemáticos. A principal acusação feita ao padre correspondia a sua suposta falta de patriotismo, devido às argutas críticas desferidas por Mariana contra governantes e governados, contrastando sensivelmente com a matriz laudatória que caracterizava as pregressas obras de história. Pedro Mantuano foi um dos primeiros a escrever abertamente contra o padre Juan de Mariana, supostamente motivado por razões pessoais – Mariana havia censurado dois discursos do Condestável de Castela, Juan de Velasco, de quem Mantuano era secretário – em *Advertencias a la Historia de Juan de Mariana de la Compania de Iesvus*, Mantuano questiona alguns conteúdos de *Historia General* e acusa Mariana de *antiespañolismo*. As controvérsias adentram o século, indício da notoriedade da obra, e o teor das críticas, que continuam a insistir no lado antipatriótico de Mariana, denotam a intensificação do sentimento de lealdade à nação espanhola, mesmo que Mariana estivesse sendo mal interpretado. Saavedra Fajardo, outro grande nome das biografias intelectuais espanholas, em *República Literaria* ecoa, de certa forma, o julgamento de Lope e afirma que Mariana “*por acreditarse de verdadero y desapasionado con las demás naciones no perdona a la suya y la condena en lo dudoso*” (SAAVEDRA FAJARDO, 1944, p. 38). Baltasar Gracián, outra figura que dispensa apresentações, entendia que o orgulho coletivo espanhol, e não o rigor histórico, deveria ser o critério escolhido para elaborar a história de Espanha e, baseando-se neste argumento, acusa Mariana “*es tan tétrico y escribirá con tanto rigor que los mismos españoles han de ser los que menos contentos queden de su entereza*” (GRACIÁN, *apud* BALLESTER, 2010, p. 221).

Um dos aspectos mais interessantes da *Historia General de España* de Juan de Mariana, no entanto, diz respeito à concepção de história expressa na obra, semelhante ao entendimento do discurso historiográfico delineado por muitos autores na primeira

metade dos seiscentos. Para Juan de Mariana, a história era o *locus*, privilegiado por excelência, para ministrar advertências e expor reflexões morais destinadas ao tempo presente, através da construção de exemplos louváveis, a que se poderia imitar, ou comportamentos censuráveis que deveriam ser evitados, mas não somente. A história poderia ser entendida como filosofia moral posta em prática, um instrumento a serviço do melhoramento dos homens e uma enciclopédia de saber para o presente que, todavia, possuía como matéria de maior importância a política. E sem sombra de dúvida essa concepção é perceptível na obra de Juan de Mariana, não apenas em *Historia General*, mas já na dedicatória do *De rege et Regis institutione* endereçada ao futuro soberano Felipe III, o jesuíta deixa claro a intrínseca ligação da história com a política:

Habiendo vuelto hace años de mi viaje a Francia e Italia, y fijado mi residencia en Toledo, trabajé en algunos años una historia en latin de los sucesos de España, cuya historia carecia de unidad y concierto. En ella presenté muchos e insignes ejemplos de esclarecidos varones, que reuni en un cuerpo mientras se daba a luz toda mi obra, juzgando bien empelado mi trabajo, si conseguia inspirar aficion a los sucesos de nuestra historia, y de esta manera agradar a mis lectores. Tambien me proponia con aquellos ejemplos, y con los preceptos que los acompañan, contribuir a formar el ánimo del principe Felipe, obedeciendo a las insinuaciones de su maestro, que por medio de cartas me habia pedido que por mi parte contribuyese a este objeto en el trabajo en que me ocupaba. (MARIANA, 1845, p. 17).

Muitas informações relevantes em uma só passagem. Primeiro, o autor declara que estava escrevendo os sucessos de Espanha posto que era necessário conferir unidade à história deste conglomerado de reinos que formava a Espanha. Em seqüência, Mariana afirma que deseja agradar a seus leitores, confirmando que estava se dirigindo a um coletivo e não apenas aos representantes da Monarquia. E ainda coloca uma questão importante na passagem acima, não bastava somente apresentar bons exemplos para a emulação, como a historiografia recente insiste em simplificar, fazia-se premente anexar aos exemplos preceitos que os justificassem e explicassem, compondo uma operação basilar dos escritos filosóficos. Já no trecho abaixo, igualmente emblemático, Juan de Mariana não nos deixa duvidar da dupla dimensão da escrita da história como filosofia política e, o reverso da moeda, da dimensão histórica dos ensinamentos políticos. Os assuntos que no *De rege* eram tratados do ponto de vista teórico, figuravam em *Historia General* a partir de uma abordagem prática, posto que a história tratava prioritariamente do mundo contingente:

Ninguno se atreve á decir á los Reyes la verdad: todos ponen la mira en sus particulares: miseria grande, y que de ninguna cosa se padece mayor mengua en las cosas Reales. Aquí la hallará V.M. por sí mismo: reprendidas en otros las tachas, que todos los hombres las tienen: alabadas las virtudes en los antepasados: avisos y ejemplos para los casos particulares que se pueden ofrecer; que los tiempos pasados y los presentes semejables son; y como dice la Escritura? Lo que fué eso sera. Por las mismas pisadas y huella se encaminan ya los alegres, ya lo tropezaron, y á guisa de buen piloto tener todas las rocas ciegas, y los bajios peligrosos de un piélago tan grande como es el gobierno, y mas de tantos reinos, en la carta de marear bien demarcados. El año pasado presenté a V. M. un libro que compuse, de las virtudes que debe tener un buen rey, que deseo lean y entiendan los príncipes con cuidado. Lo que en él se trata especulativamente, los preceptos, avisos y las reglas de la vida real aquí se ven puestas en práctica, y con sus vivos esmaltados. (MARIANA, 1845, p. 05).

A partir do final do século XVI até meados do século XVII, a história estava longe de ser uma disciplina cuja finalidade era conservar e perpetuar as recordações do passado. Na Espanha deste período, a escrita da história atingiria sua função máxima como preceptora política, colocando nas mãos dos homens que a escreviam uma poderosa arma. Uma das possibilidades de intervenção mais evidentes era a estipulação dos modelos que deveriam ser emulados. Outra forma possível era utilização da história como um vetor de disseminação da *opini3n*, conceito extremamente basilar nas sociedades modernas estruturado na dialética entre substância e aparência. Contudo, um dos aspectos mais relevantes que pode ser esclarecido ao longo do texto é a possibilidade de pensarmos que, de certa maneira, nas polêmicas em voga na historiografia seiscentista estavam subentendidas disputas pelo projeto político governamental que deveria ser posto em prática pela Monarquia dos Habsburgos. Tais disputas ampliavam o papel do discurso histórico não apenas enquanto um *locus* de aprendizado das virtudes peculiares aos políticos, mas também como um instrumento legítimo de defesa, ou condenação, das propostas políticas em aberto daquela sociedade. Assim, presente, passado e futuro conjugavam-se no horizonte de possibilidades abertas ao fazer historiográfico.

**Recebido em: 13/11/2011**

**Aceito em: 29/12/2012**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. *La identidad española en la Edad Moderna (1556-1665); Discursos, símbolos y mitos*. Madrid: Tecnos, 2010.
- BERNAL, Antonio Miguel. *España, proyecto inacabado. Los costes/beneficios del Imperio*. Madrid: Marcial Pons, 2005.
- BRAUN, Harald, E. *Juan de Mariana and Early Modern Spanish Political Thought*. University of Liverpool, UK: Ashgate, 2007
- CÁRCEL, Ricardo García (coordinación). *La construcción de las historias de España*. Madrid: Marcial Pons. 2004.
- CENTENERA SÁNCHEZ-SECO, Fernando. *El recuerdo de la vida y obra filosófico-política de Juan de Mariana*. España: AFDUA, 2006.
- CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de la Mancha*. Madrid: Aguillar, 1980.
- ELLIOTT, John. Constitucionalismo antiguo y moderno y la continuidad de España. In: *Cuadernos de Alzate*, nº 33, segundo semestre de 2005. Disponível em: <http://www.revistas culturales.com/articulos/16/cuadernos-de-alzate/477/2/constitucionalismo-antiguo-y-moderno-y-la-continuidad-de-espana.html>
- FERNÁNDEZ ALBALADEJO, P. *Fragmentos de Monarquía*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.
- GARCÍA HERNÁN, Enrique. *Políticos de la Monarquía Hispánica (1469-1700); ensayo y diccionario*. Madrid: Fundación MAPFRE Tavera, 2002.
- GARIBAY, Esteban. *Los cuarenta libros del compendio historial de las crónicas y universal historia de todos los reynos de España; Tomo Primeiro*. Barcelona: por Sebastian de Cormellas, 1628. f.17.
- GIL PUJOL, Xavier. Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII. In: *Penélope; fazer e desfazer a história*. nº 6, 1991, p. 119- 144.
- HASTINGS, Adan. *La construcción de las nacionalidades*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.
- MARAVALL, José Antonio. *Estudios de Historia del Pensamiento Español: Serie Tercera- El Siglo del Barroco*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Antiguos y Modernos; Vision de la historia e idea de progreso hasta el Renacimiento*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.



MARIANA, Juan de. *Obras del padre Juan de Mariana; tomo primero*. Madrid: M. Rivadeneyra, 1864.

\_\_\_\_\_. *Del Rey y de la institucion de la dignidad real*. Madrid: Imprenta de la sociedad literaria y tipográfica, 1845.

RIBADENEYRA, Pedro de. Exhortación para los soldados y capitanes que van a esta jornada de Inglaterra, en nombre de su Capitán General. In: *Historias de la contrarreforma*. Madrid: BAC, 1945. p. 1345.

THOMPSON, Irving A. A. La Monarquía de España: La invención de un concepto. In: GUILLAMÓN ÁLVAREZ, F.L ; MUÑOZS RODRÍGUEZ, J. D.; CENTENERO DE ACRE, D. *Entre Clío y Casandra; Poder y sociedad en la Monarquía Hispánica durante la edad moderna*. Cuadernos del seminario Floridablanca n 6. Universidad de Murcia: Servicio de Publicaciones, 2005. pp. 33- 56.

WULFF ALONSO, Fernando. Vascones, Autoctonía, Continuidad, Lengua. Entre la Historia y la Historiografía. IN: ANDREU PINTADO, Javier (Ed). *Los Vascones de las fuentes antiguas; en torno a una etnia de la antigüedad peninsular*. Barcelona: Publicacions i edicions, Universitat de Barcelona, 2009.